

IMAGINAÇÕES PANDÊMICAS COEXISTENTES: PRÁTICAS CULTURAIS E SOCIALIDADES DIANTE DO CORONAVÍRUS EM NATAL (RIO GRANDE DO NORTE)

*COEXISTING PANDEMIC IMAGINATIONS: CULTURAL
PRACTICES AND SOCIALITIES IN THE FACE OF THE
CORONAVIRUS IN NATAL (RIO GRANDE DO NORTE)*

Carlos Guilherme do Valle

carlos.guilherme.valle@ufrn.br

DAN/PPGAS, Universidade Federal do Rio Grande do Norte

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5855-7774>



Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International License.

Quando se sobrevive a diversas pandemias e epidemias, as impressões entre os tempos se entrecruzam por meio de experiências e memórias do que se viveu e, ainda mais, do que se viveu através dos outros, suas vivências e suas produções culturais. Esse ensaio crítico e visual responde a isso, mas tendo como horizonte central a pandemia de SARS-CoV2, mais conhecido como o novo coronavírus (uso assim daqui por diante), que eclodiu a partir da China no final de 2019¹, mas se tornou um problema de saúde global logo nos primeiros meses de 2020, atingindo também o Brasil². Por meio dessas palavras introdutórias e das imagens a seguir, suscito questões sobre as percepções de risco e as estratégias de prevenção de pessoas que se comunicam por diversos modos culturais e sociais, sejam eles faixas, cartazes, grafittis e arte urbana, além de interações e socialidades cotidianas, que dizem muito sobre o mundo social que destaco por meio da maioria das fotos escolhidas. São experiências urbanas em Natal (Rio Grande do Norte), que podem exibir criação artística, modos de comunicação pedagógica e ainda práticas cotidianas de consumo e de circulação na cidade. Elas evidenciam singularidades da vida social e dos contextos por onde circulei, das pessoas com quem interagi, mesmo à distância. Mas também expressam, ao menos para mim, similaridades e coexistências entre crises epidêmicas e processos históricos. Por isso, incluo imagens e produções culturais sobre a (ainda) presente pandemia de HIV/Aids, cujo “fim”, apesar de enunciado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), permanece um tanto longínquo. Essa é a compreensão que posso dar a um contexto multifacetado que possibilita a articulação entre tempos, espaços e imaginações culturais e que, talvez, permita ao leitor fazer seu próprio movimento de interpretação.

Para quem vivenciou e pesquisou a pandemia de HIV/Aids nas décadas de 1980 e 1990, cujas questões culturais e processos sociais anali-

sei em diversos artigos (VALLE, 2002, 2010, 2015), o novo coronavírus foi o estopim certo para a recuperação de imaginações culturais e de experiências sociais adormecidas ou, ao menos, silenciadas, que eu achava que não viria a passar nunca mais. Os perigos e os cuidados com contatos corporais e intimidades, a produção de estigmas e de vulnerabilidades, a evidência de desigualdades sociais, todas elas se apresentaram, seja lá como cá, não do mesmo modo, mas por meio de similaridades recorrentes, sobretudo na visão de que o “perigo” se apresenta, se configura e se identifica no “outro”, talvez, digamos, um outro (perigo-so) flutuante de acordo com as situações, pessoas ou significados, que se corporificam ou se materializam vivamente nas relações, imagens e experiências sociais.

No caso da pandemia de HIV/Aids, é preciso registrar o longo período de quase seis anos em que o Estado brasileiro e o Ministério da Saúde simplesmente agiram de modo negligente, talvez tomando iniciativas significativas a partir da chamada crise do sangue, quando o problema da infecção do HIV por meio das transfusões de sangue se tornou questão de saúde pública vista como nacional, em 1988 (SANTOS *et al.*, 1992). A partir desse momento (VALLE, 2002), a epidemia do HIV/Aids deixou de ser minimizada pelo Estado brasileiro, tanto por pressão do ativismo social como por pressão internacional, e um aparato institucional e de administração pública começou a ser instituído e tornado política de Estado, sobretudo a partir de 1996 com o governo FHC³.

Ou seja, estou salientando que levou muito tempo, talvez uma década para que um problema grave de saúde pública, uma crise pandêmica global fosse enfrentada devidamente por meio de mobilização de recursos, estruturas de serviço, investimento científico, políticas públicas nacionais, conforme o país/nação. O caso brasileiro evidencia o descaso ao longo de quase uma década. É interessante comparar a urgência das respostas institucionais que a pandemia de coronavírus provocou, o que não aconteceu com o HIV/Aids, se formos levar em conta os empenhos políticos e os investimentos globais contra o coronavírus (o que, aliás, não pode ser generalizado, pois sabemos como os países africanos são aqueles que mais sofrem com a falta de vacinação anticovid). Mais adiante, tratarei, porém, da titubeante e morosa resposta do governo brasileiro à pandemia de coronavírus, o que interpelou questionamentos e respostas sociais no país, que resultaram, por exemplo, em uma extensa produção cultural no espaço público, tal como verifiquei em Natal, mesmo com a contraditória dinâmica de políticas públicas de saúde no estado.

O que se pode afirmar, desde já, é que a pandemia de HIV/Aids ainda subsiste. É curioso, aliás, que os pesquisadores abordem o enfrentamento da pandemia do novo coronavírus comparando, sobretudo, com a gripe espanhola e não com o HIV/Aids. As negligências e silenciamentos não são apenas de ordem do Estado e da administração pública.

Em termos dos dados globais, a UNAIDS traz informações epidemiológicas que contribuem para qualquer avaliação comparativa entre as duas pandemias⁴.

Se esse ensaio crítico-visual aborda as percepções de risco e as estratégias de prevenção, deve-se ressaltar, seguindo Douglas e Wildavsky (1982), Douglas (1992) e Lupton (1999), que “risco” não é uma categoria e uma experiência universal. Além de refletir circunstâncias, eventos e interações culturalmente específicas, aquilo que é visto como risco ou perigo não deixa de ser uma experiência aberta a desacordos e conflitos de entendimento, inclusive para se entender e consubstanciar “fronteiras conceituais” e simbólicas entre o que é seguro e o que é inseguro. Ou seja, as visões e percepções do que é perigoso e arriscado não são uniformes, nem homogêneas, inclusive no caso de especialistas, tais como cientistas, profissionais de saúde e gestores de políticas públicas, sobretudo em crises sanitárias e eventos críticos de saúde que se originam de fenômenos obscuros e desconhecidos. Há uma relação complexa entre conhecimento e desconhecimento sobre riscos, pois eles podem ser potencializados a partir de searas e experiências cujo entendimento intelectual seja ainda precário ou incipiente, tal como aconteceu quatro décadas atrás com o, então, desconhecido HIV (vírus da imunodeficiência adquirida), que provoca a AIDS, e dois anos atrás com um novo tipo de coronavírus que causa a SARS (síndrome respiratória severa aguda)⁵.

Para Douglas (1992), não se pode se prevenir todos os riscos possíveis, mas sim acostumar-se que eles são possíveis, tal como fazem os Azande (EVANS PRITCHARD, 2005). Além disso, certos modos de prevenção ao risco para uns podem também provocar sensações de risco para outros. Por isso, para Douglas e Wildavsky, a “aceitabilidade de risco é sempre uma questão política” (1982, p. 4), pois ele depende de escalonamentos e hierarquias culturais de modos de se lidar com o risco, sobretudo quando uma doença se torna uma questão de saúde pública global, sem contar nacional, tal como aconteceu seja com o HIV/Aids, seja com o novo coronavírus. São dois eventos críticos de saúde em que a aceitabilidade do risco depende de múltiplos fatores complexos e heterogêneos (BROWN, 2019), ainda mais por lidar com fluxos culturais e sociais globais e as disjunções que perpassam e localizam tais fluxos (APPADURAI, 2001).

Seguindo o artigo pioneiro de Paula Treichler (1991): como podemos considerar uma epidemia como a do HIV/Aids e agora a do novo coronavírus sem cair na tentação racional-tecnicista de tomá-las exclusivamente por meio dos registros quantitativos epidemiológicos e suas taxas de infecção e óbito? Trata-se, como ela bem assinalou, de uma “epidemia de significação” e de sentidos, ou seja, de linguagem e, no plural, das mais variadas linguagens. De acordo com Treichler, vivemos uma epidemia/pandemia de significação, completamente atravessada e constituída por metáforas e ideias, fora do lugar ou não, sempre coexis-

tindo, que definem agentes patogênicos, identificam pessoas e grupos com maior ou menor risco, polemizam sobre os meios de transmissão, quando eles ainda são incertos o suficiente para abarcar um conjunto significativo de práticas íntimas, tal como a sexualidade (HIV/Aids), ou interações sociais públicas, tal como a administração da simples convivência interpessoal, as socialidades cotidianas, quais sejam, uma mera conversa ou o cumprimento cordial com as mãos (coronavírus). Afinal, quem tem conhecimento autorizado sobre o que causa risco de pegar uma doença? Quais instituições autorizam tal conhecimento? Onde esse conhecimento é circulado e/ou disseminado? Por quem? Quais questões são disputadas ou negociadas? Quem é o sujeito causador da epidemia? Foi isso que levou Treichler a pensar as controvérsias em relação à pandemia de HIV/Aids, pois se elas abordam “fenômenos naturais”, elas podem mobilizar ideias, percepções e valores que constituem particularmente saberes diferentes, tais como a ciência, a imprensa e as moralidades do senso comum, mas, ao mesmo tempo, esses saberes e conhecimentos se avizinham e se tingem entre si, muitas vezes sendo difícil diferenciar o que separa a produção de conhecimento, seja científico ou leigo. Essas questões foram consideradas por Treichler (1991), Martin (1994) e Epstein (1996).

Há quarenta anos as controvérsias da epidemia do HIV/Aids mostraram a heterogeneidade de contradiscursos, seja de entendimento da infecção viral, bem como da imaginação cultural ou especializada que categorizava sujeitos, coletividades e/ou práticas com maior ou menor risco. Assim, se a imprensa, bem como a própria ciência médica, produzia discursos que identificavam, de modo ambíguo ou não, o HIV/Aids com uma sexualidade promíscua homossexual/*gay*, pode-se dizer que os atingidos por esses discursos, representações e acusações morais também produziam, por seu lado, de modo variado, seus discursos, representações e acusações morais contra o discurso religioso, conservador e a negligência política que grassavam em muitos contextos nacionais, como, por exemplo, os Estados Unidos de Reagan, o Reino Unido de Thatcher e o Brasil de Sarney e Collor das décadas de 1980 e 1990. Recentemente, antropólogos como Parker (2020) e Galvão (2020) teceram paralelos e diferenças entre as duas pandemias, observando que as novas práticas de categorização do risco ao coronavírus podem produzir também práticas de estigmatização social e moral de pessoas e grupos, tal como houve (e há) no caso do HIV/Aids, conforme os contextos singulares que são observados.

Ao que me parece, a pandemia do novo coronavírus reapresenta a mesma dinâmica cultural de produção incessante, intensa e acelerada de significações, também elas engendrando, tal como no caso do HIV/Aids, imagens, narrativas, explicações e entendimentos variados e contraditórios que se opõem e/ou disputam hegemonia, ou seja, significação e política devem ser tomadas de modo conjunto e intransponível⁶.

Tanto no caso da pandemia do HIV/Aids como na do novo coronavírus, as capas e as matérias de revista semanais impressas (*Veja, Isto é*) e os artigos jornalísticos da imprensa digital (BBC Brasil) são importantes matrizes de imagens e significados sobre doenças e epidemias, apresentadas e vistas muitas vezes como “misteriosas” (VALLE, 2002). Em suas diversas formas, o efeito cultural e simbólico das máscaras é crucial no sentido de representar os perigos e os riscos de uma doença infecciosa ainda pouco conhecida (ver Figuras 1 a 5). Foram essas imagens e símbolos culturais que passam a cristalizar e configurar um evento crítico como as pandemias de HIV/Aids e as de coronavírus, seja em 2003 como em 2020. Seguindo Martin (1994), entendo que essas imagens e representações culturais, que dependem e reelaboram a seu modo os saberes científicos legitimados e autorizados, são reinterpretados e aproveitados por modos singulares e específicos por parte das pessoas em contextos e situações locais.

Se levarmos a sério as considerações de Douglas e Wildavsky (1982) de que a aceitação do risco supõe uma questão política, a legitimidade dos discursos autorizados, sejam os científicos ou aqueles definidos por meio de protocolos de intervenção da administração pública de saúde, merecem consideração, inclusive como eles passam a ser disseminados em socialidades, digamos, aceleradas ou velozes no cotidiano por meio das novas tecnologias de informação e das redes sociais (CASTELLS, 1997). Acompanhando as reflexões de Paul Virilio sobre o “império da velocidade” (VIRILIO, 2006 [1977]), a velocidade informacional de alta escala é elemento primordial das pandemias recentes, cujos movimentos e fluxos evidenciam a intensidade de circulação de pessoas, animais, zoonoses, informações e tecnologias através de espaços e tempos cujos limites são cada vez mais comprimidos, o que expõe as dinâmicas globais (APPADURAI, 2001; KELLY *et al.*, 2019). Contudo, velocidade é crucial também ao se considerar os tempos politicamente produzidos de intervenção a uma crise emergencial de saúde pública como a do coronavírus. São evidentes os impasses trágicos que resultaram da morosidade da política pública de enfrentamento da epidemia de HIV/Aids, tal como houve no Brasil até meados da década de 1990, mas também caracterizou a “resposta” governamental belicosa e, em última medida, militarizada à pandemia do coronavírus no governo de Jair Bolsonaro.

A partir de março de 2020, o país passou a se defrontar com a incerteza da nova enfermidade, vista como a eclosão do “vírus chinês”, vindo do exterior, o que evidencia paralelos entre as imaginações culturais pandêmicas, tal como aconteceu com o medo da Aids “estrangeira”, haitiana, nos Estados Unidos (FARMER, 1992) ou a visão de que a Aids vinha também “de fora”, como se pensou de início no Brasil, divulgada amplamente pela imprensa e pelos meios de comunicação de massa (CARRARA; MORAES, 1985; GALVÃO, 1992, 2000; VALLE, 2002), em uma época ainda sem o impacto da internet. Com a notificação crescen-

te de infectados e óbitos causados pelo novo coronavírus, os brasileiros passaram a ficar surpreendidos por essa nova epidemia de significações sobre os modos de infecção do coronavírus, pela real necessidade de “distanciamento social”, categoria que passou a ser usada, enquanto Bolsonaro afirmava que os cidadãos brasileiros deviam manter a calma e continuar trabalhando, sem se preocupar com o que era, para ele, uma simples “gripezinha”. Durante toda a pandemia, o presidente brasileiro foi porta voz de mensagens e declarações contraditórias e, muito mais, questionadoras do consenso científico que, em meados de 2020, começou a se estabelecer sobre essa doença e pandemia novas.

Por sua vez, o Ministério da Saúde respondeu de modo irregular, enquanto os mandatários do cargo eram exonerados e empossados de acordo com as dinâmicas de anuência e conflito que tinham com o presidente. Por fim, um general do Exército foi empossado como interino e manteve-se no cargo até março de 2021: Eduardo Pazzuelo⁷. A definição tardia de um “protocolo” de prevenção à infecção – como o incentivo ao uso de máscaras cirúrgicas – coexistia com uma atuação descentralizada por parte de estados federativos e municípios, deixando a população em geral à mercê de posições institucionais variadas, o que criou um cenário evidente de incompreensões e dúvidas que se mostravam publicamente na vida social. Assim, as políticas de distanciamento social eram coexistentes à “aglomeração” de pessoas e ao “negacionismo”, termo que passou a ser identificado à postura negligente e indiferente à gravidade do novo coronavírus. Sem contar com uma política de testagem antiovíd efetiva, o Brasil se viu, durante mais de um ano, avassalado por disputas de informação e autoridade a respeito de tratamentos preventivos (conhecidos como “kit covid”⁸) e diante da protelação institucional do governo federal em financiar pesquisas no país e estabelecer acordos em prol de uma futura política de vacinação para o coronavírus⁹.

Pode-se dizer que disputas narrativas sobre a pandemia e a produção de conhecimento sobre o coronavírus constituíram-se em uma guerra híbrida (LEIRNER, 2020), pautada na circulação e “bombardeio” de informações dissonantes, tornando a dúvida e a incerteza a matriz comum pela qual os brasileiros se posicionavam. O mesmo aconteceu na cidade de Natal. As disputas de significação, os desentendimentos comunicacionais e as narrativas múltiplas envolvendo o maior ou menor risco da infecção do novo coronavírus tiveram, no Rio Grande do Norte, a mesma dimensão sociocultural que no resto do país, embora construídas e engendradas a partir de elementos culturais localizados e dinâmicas societárias próprias. As relações tensionadas entre o governo estadual (PT) e a prefeitura de Natal (PSDB) sobre a implementação de política pública de enfrentamento ao coronavírus, desde março de 2020, refletiu a mesma dinâmica bélica híbrida, uma guerra cultural e institucional coexistente a uma crise sanitária, refletindo-se tanto no incentivo do prefeito ao uso de remédios “preventivos” (kit covid) como

nos impasses e tensões entre governos estadual e municipal ao implementar (ou não) decretos de “isolamento social”, “quarentena” ou, ao contrário, a “reabertura gradual da economia em Natal”, defendida pelo prefeito, questão essa que envolveu reabrir ou não o comércio, escolas, shoppings, academias, serviços “não essenciais”, o que teria impacto direto na circulação de pessoas nas ruas da cidade. É, assim, que se deve atentar para as práticas culturais de comunicação e os modos de socialidade em um contexto urbano vivido por meio de incertezas e acusações morais sobre risco, perigo, responsabilidade e descuido.

Para o presente ensaio, o uso de máscaras cirúrgicas na vida cotidiana merece uma atenção especial junto das práticas culturais de comunicação, inclusive arte urbana. Ao abordar antigas máscaras de dança a partir de uma reflexão etnológica, Claude Lévi-Strauss salienta que elas não podem ser interpretadas em si mesmas como objetos à parte, isolados (1990, p. 12), mas entendidas a partir de comparações e relações com outras máscaras. Muito menos, elas podem ser tomadas apenas em termos de sua utilidade e necessidade. O que dizer das máscaras de proteção em períodos de crise sanitária e epidemiológica? O que seu uso ou, ao contrário, a recusa de usá-las sugere e diz sobre o mundo social em que nos encontramos? Algumas pesquisas tratam da história social das máscaras cirúrgicas como meios ou tecnologias de prevenção a infecções, em especial o seu uso pioneiro na epidemia respiratória na Manchúria sob incentivo do médico chinês Wu Liande, a “máscara antipeste” (LYNTERIS, 2018)¹⁰. Só que máscaras são artefatos, objetos de cultura material e tecnologias com fins variados, desde os religiosos, festivos, estéticos ou sanitários. No Japão, as máscaras são culturalmente aceitas em crises de saúde pública, embora haja também processos de responsabilização social das pessoas indiferentes aos riscos de saúde (BURGESS; HORII, 2012). No Brasil, elas costumam estar associadas à cultura popular, às práticas étnicas e religiosas, além do uso em festividades, como o carnaval, sem contar a produção artística contemporânea, tal como o trabalho fotográfico e visual instigante de Arthur Omar (1997), em que a face é a própria “máscara” gloriosa.

Com a epidemia de coronavírus no Brasil, tivemos usos e apropriações variadas das máscaras cirúrgicas no cotidiano urbano de Natal, além da rejeição de seu uso pessoal. Ainda que o presidente Bolsonaro tenha afirmado em público que o uso corriqueiro de máscara cirúrgica fazia do Brasil um “país de maricas”¹¹, ela foi usada por muitas pessoas de modo apropriado, cobrindo boca e nariz, mas não por todas elas, que podiam usar frouxas o bastante para caírem até os lábios, atadas ao pescoço ou usadas no queixo e como um “pingente” na orelha (Figuras 14 e 17). Podiam ser feitas de pano ou industrializadas (Figura 13). As máscaras viraram objetos de consumo, vistos como necessidade, e, assim, seu uso foi abastecido tanto por uma indústria especializada como também por meio de uma economia informal por onde se confecciona-

vam os mais diferentes tipos e modelos de máscara, às vezes feitas com tecidos, cores e padronizações variados ou, então, refletindo escolhas e afinidades variadas, tais como as máscaras estampando as insígnias de times de futebol locais ou nacionais (ABC Futebol Clube, América Futebol Clube, Flamengo etc.). Contudo, as disputas em torno da política pública de saúde e as estratégias de prevenção contra o coronavírus eram vividas a partir do movimento pendular entre risco e segurança, entre distanciamento social e a “retomada” à vida social e ao trabalho.

Para os fins do ensaio, as máscaras foram tema de produção artística urbana por meio de diversos grafittis e pichos que observei e fotografei na cidade (Figuras 6, 7, 8, 22). Em diálogo com Coradini e Barbosa Jr. (2014) e Barbosa Jr e Coradini (2018), encarei essas produções artísticas tanto em sua dimensão estética como quanto uma mensagem imagética que comunicava ideias e significados sobre a epidemia aos passantes das ruas de Natal. Em meus movimentos pela cidade, dirigindo meu carro ou, às vezes, andando a pé, quando sentia segurança, seja próximo de casa no bairro de Ponta Negra, seja em lugares mais distantes da cidade, tal como a Cidade Alta, resolvendo problemas, tive a oportunidade de encontrar uma produção artística e cultural que narrava sobre a cidade de Natal, como explicam Coradini e Barbosa Jr. (2014), mas que também narrava e questionava sobre a vida com o coronavírus. Eram essas situações que me permitiam entender como a pandemia acionava significados e dinâmicas culturais locais, pois eram os artistas do grafitti que podiam “conscientizar” e responsabilizar os passantes por meio de sua arte, evocando intelectuais e figuras públicas emblemáticas como Luís da Câmara Cascudo, engrandecendo a frase “proteja-se e proteja-se os outros”, mesmo que ela não tivesse sido realmente escrita pelo escritor e antropólogo potiguar.

Os grafittis se avizinham ou coexistiam nas ruas com as faixas de sentido pedagógico e conscientizador das pessoas que circulavam pela cidade (Figuras 9 a 12). Por meio da pedagogia das faixas, encontrei práticas comunicacionais que reforçavam visões favoráveis ao “distanciamento social”, incentivando a manutenção dos modos de prevenção ao coronavírus: “usar máscara”, evitar “aglomeração” etc. São definidas como “faixas de conscientização”. Ao mesmo tempo que salientavam a importância da vida, criavam, ainda assim, efeitos jocosos e de ironia por meio de jogos de linguagem, sobretudo ao aludir à “aglomeração” no cemitério ou alertando “não tou recebendo visitas” (sic). Nesse caso, eram iniciativas de grupos e entidades organizadas, tal como o Fórum Vila em Movimento, as Rendeiras da Vila, por exemplo, que formaram, desde o primeiro semestre de 2020, uma “rede de solidariedade, dando apoio a moradores de rua e pessoas ou famílias em situação de vulnerabilidade em áreas populares de Natal como a Vila de Ponta Negra e a comunidade de Mãe Luiza¹².

Também observei e registrei, por meio da fotografia, como as pessoas produziam efeitos culturais por meio do uso de placas, cartazes,

pôsteres e até mesmo isopor improvisado, tal como vi, em diversos cruzamentos de rua da cidade, pela presença de pessoas pedindo ajuda e dinheiro, como famílias de indígenas Warao, migrados da Venezuela (Figuras 18 e 19). Nessas situações, as palavras, frases e mensagens explicitavam nitidamente diferenciações sociais de classe, nacionais ou étnicas, cujas vulnerabilidades e incertezas são enunciadas não apenas discursivamente, mas em que o próprio corpo significa e produz efeitos de sentido e de sofrimento social. Os povos indígenas e as comunidades remanescentes de quilombo foram, por longo tempo, desconsiderados pela política pública federal de enfrentamento ao coronavírus, o que apenas mudou sob pressão do STF (Supremo Tribunal Federal). Em todo o país, o descaso institucional também afetou as populações de rua, tal como no Rio de Janeiro (as “pop rua”, FERNANDES, 2020), e, em Natal, elas encontraram-se também muito mais vulneráveis aos modos de transmissão do coronavírus.

Tendo em vista a incerteza da duração de uma pandemia causada por um vírus ainda pouco conhecido, o cotidiano de uma cidade como Natal era afetado de diversas formas, como, por exemplo, pelas determinações dos decretos a favor do distanciamento social, que foram estendidos de modo regular mês após mês desde abril de 2020. Mas, contudo, a ideia de “retomada” da vida social e da economia, salientada muitas vezes pela Prefeitura de Natal e pelo setor empresarial e do comércio, envolvia certamente expectativas e demandas da população em geral, sobretudo no caso de eventos de grande importância no calendário de festas e tradições significativas da região Nordeste. Na véspera da festa de São João de 2020, decidi etnografar lugares de comercialização de produtos agrícolas, como as espigas de milho, vendidas em enormes quantidades na CECAFES (Central de Comercialização da Agricultura Familiar e da Economia Solidária) no bairro de Lagoa Nova. Ainda em um momento incerto da pandemia no estado, considerando o aumento significativo do número de infectados e de óbitos, as pessoas (como o etnógrafo) não deixaram de sair às ruas atrás das espigas e, no meu caso, das socialidades, apesar dos decretos estadual e municipal de impedimento de realização de atividades festivas juninas (Figuras 15 e 16). De fato, a comercialização de comida e alimentos foi bem intensa durante toda a pandemia, já que era vista como atividade essencial, o que incrementou a economia informal de venda e entrega (*delivery*) de alimentos (Figura 17) e, igualmente, a expansão dos chamados “entregadores” de aplicativos, mobilizando uma massa de trabalhadores em situação de vulnerabilidade e informalidade, muitas vezes apresentada como empreendedorismo social.

Em certos momentos, os pôsteres e as bandeiras tinham significado político, tal como algumas fotos mostram. Em eventos públicos, tal como a manifestação de 29 de maio de 2021, vi enormes bandeiras, carregadas horizontalmente por diversas pessoas, com os dizeres “Vida,

pão, vacina e educação”, assinadas por entidades estudantis, mas também participantes podiam usar cartazes com as frases “Vacinas salvam vidas, ele não!”, “Xô, Bolsonaro” (Figuras 20 e 21). Foi um dos poucos eventos públicos de mobilização política desde março de 2020, um longo tempo de desaceleração da vida pública em razão do incentivo ao distanciamento social, apesar da posição contrária do presidente. Essa desaceleração da vida interpessoal nas ruas convivia, ao mesmo tempo, com a hiperaceleração, a velocidade máxima da guerra híbrida, quando se multiplicavam intensamente as mensagens, enunciados imagens, narrativas, *fake news*, discursos e performances digitais e midiáticas por meio de redes sociais e pela internet. Em espaços públicos, era possível ver a inserção de mensagens políticas, apresentadas de modo perturbador, mas singelo, pois qual seria o efeito cultural e político duradouro de tais mensagens encontradas em muros e equipamentos de praças? Por exemplo, registrei pequenos cartazes com a frase “Fora Bozo, genocida!” (Figura 22), embaixo estava um *picho* (pichação) *Grl Pwr* (“poder das garotas”). Era possivelmente indício de um emergente protagonismo jovem feminista, mas anônimo, aberto à possível leitura e compreensão de olhares atentos, capazes de decodificar pistas e signos de certos idiomas políticos e imaginações ativistas.

Há um caráter efêmero e não duradouro das imagens, grafittis, faixas, cartazes e pichos que fotografei. Por exemplo, o graffiti (Figura 7), registrado em 11 de maio de 2020 na Praça do Alagamar (Ponta Negra) foi coberto por um anúncio de uma autoescola em junho de 2021. Seu desaparecimento e a substituição por uma propaganda comercial mostram, de fato, a tão esperada “retomada” da economia. Assim como as pessoas que encontrei nas ruas, ainda que a uma distância relativa e segura, desapareceram no cotidiano transiente e histórico da vida urbana, as imagens, artes, mensagens e faixas que também vi sumiram da vista ao longo desse tempo. O que ficou? De algum modo, permanece o registro e a memória pelo relato escrito e duradouro das palavras, tal como neste artigo, ou pelas fotografias que eu tirava em minha etnografia singularmente aleatória, condicionada pelas disputas de significado e explicação que as pessoas e moradores que circulam em Natal passaram a enfrentar, apesar de todos os impasses e sofrimentos causados por uma política pública extremamente incerta e irregular de enfrentamento ao coronavírus. De algum modo, foi isso realmente o possível a ser feito, a memória em palavras e fotografias. Encerro este ensaio com algumas frases finais do filme *Sans Soleil* [Sem Sol] do documentarista e cineasta francês Chris Marker (1983), quando a narradora/o diretor diz que há “uma escritura com a qual cada um irá compor sua própria lista das coisas que fazem o coração bater. Para oferecer ou esquecer. Nesse momento, a poesia será feita por todos¹⁹”.

Figura 1¹³

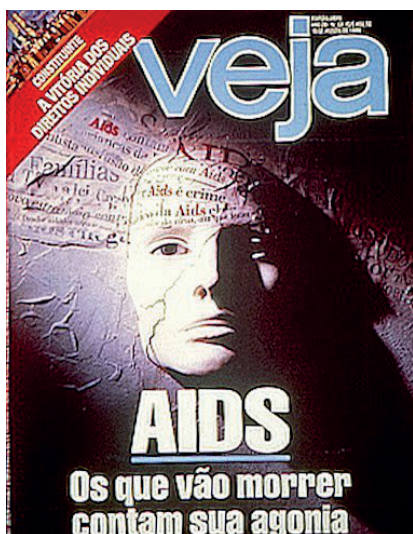


Figura 2¹⁴

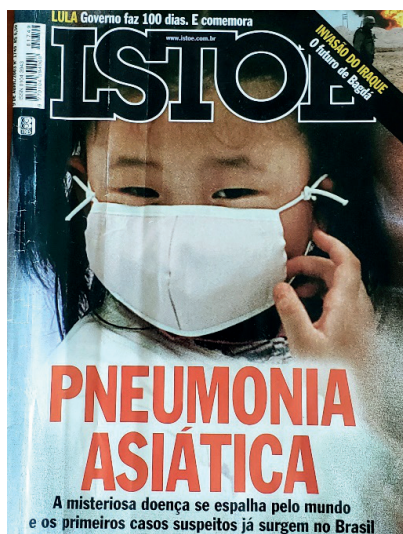


Figura 3 (Getty Images¹⁵)



Figura 4 - Em 1988, a “Polícia militar adota luvas de borracha” em São Paulo¹⁶



secretário de Justiça (à esq.), alerta para uso de zarabatanas no “corredor da morte” (cima), e a Polícia Militar adota luvas de borracha

Figura 5 – “O vírus da razão”¹⁷



GRAFITES

Figura 6¹⁸



Figura 7



Figura 8



FAIXAS

Figura 9



Figura 10



Figura 11

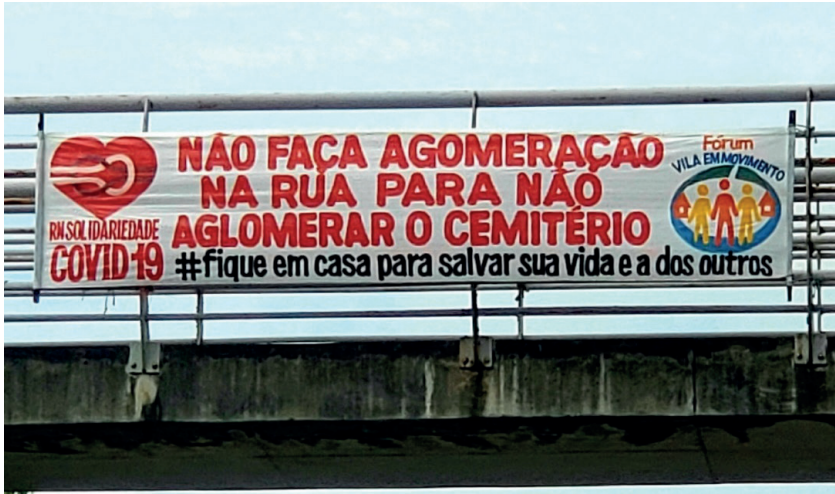


Figura 12



USOS DAS MÁSCARAS

Figura 13



Figura 14



Figura 15



Figura 16



Figura 17



VULNERABILIDADES INDÍGENAS

Figura 18



Figura 19



Figura 20

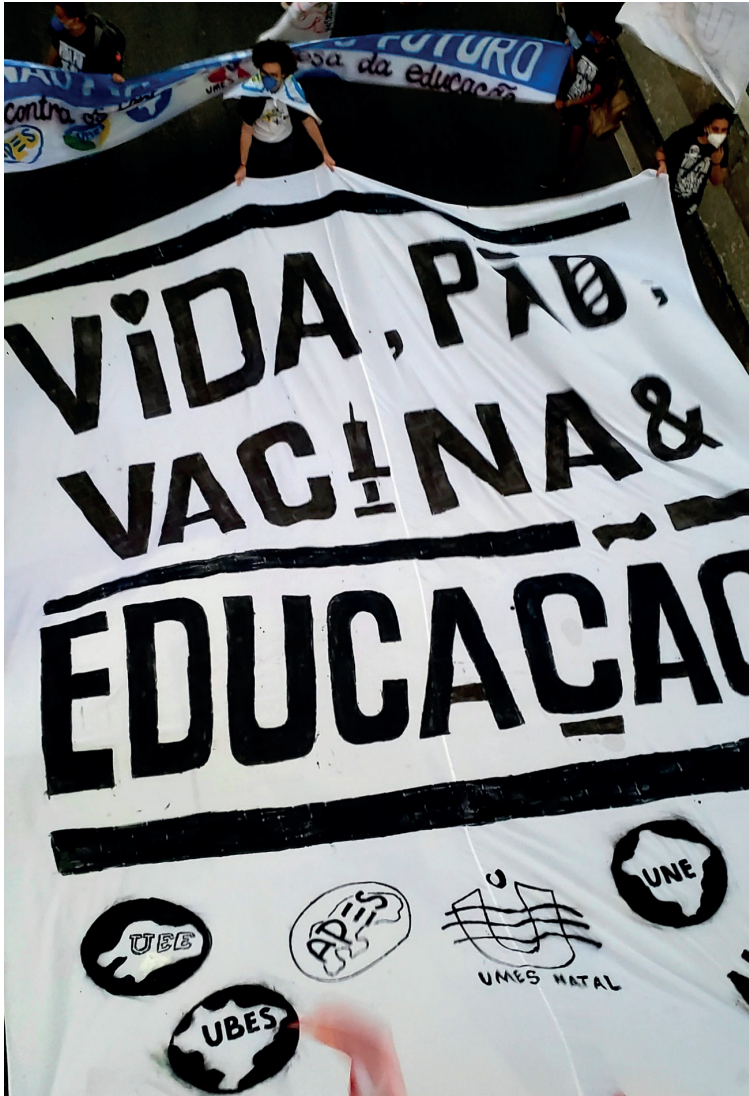


Figura 21



Figura 22



NOTAS

1. Ver “A misteriosa pneumonia que preocupa a China” (Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-51013748>>. Acesso em: 21 dez. 2021). O SARS CoV-2 causa a SARS, isto é, a síndrome respiratória severa aguda.
2. No Brasil, o primeiro caso notificado de pessoa infectada pelo coronavírus foi confirmado no dia 26 de fevereiro de 2020. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/brasil-confirma-primeiro-caso-do-novo-coronav%C3%A4-Drus/a-52537464>>. (Acesso em: 21 dez. 2021). Em 13 de dezembro de 2021, segundos dados do Ministério da Saúde, o Brasil acumulava 22,1 milhões de casos confirmados de infecção do novo coronavírus e 616,8 mil mortes registradas, conforme o disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-12/covid-19-brasil-registra-22-milhoes-de-casos-e-6168-mil-0-bitos>>. Acesso em: 21 dez. 2021.
3. Isso foi a partir do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, que “herdou” o aporte financeiro do acordo entre o Estado Brasileiro e o Banco Mundial, assinado durante o governo Itamar Franco (PMDB), que disponibilizou recursos ao Ministério da Saúde para o enfrentamento da epidemia de HIV/Aids no país.
4. A UNAIDS (*The Joint United Nations Programme on HIV/AIDS*) informou que havia 37.700 milhões de pessoas vivendo com HIV/Aids no mundo em 2020, enquanto o número total de óbitos notificados chegou a 36.300 milhões desde o início da epidemia na década de 1980. Ver: <<https://www.unaids.org/en/resources/fact-sheet>>. Acesso em: 21 dez. 2021. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), em dezembro de 2021, tivemos um total de 271.963 milhões de pessoas diagnosticadas com covid 19. O número de mortes alcançou a marca global de 5.331 milhões de pessoas. No caso da coinfeção HIV/Aids e covid 19, a OMS declara que as pessoas vivendo com HIV/Aids sofrem complicações mais severas e passam por maior número de comorbidades causadas pela covid 19 do que pessoas que não vivem com HIV. Até meados de 2021, a maioria das pessoas vivendo com HIV/Aids não tinham ainda acesso à vacinação de Covid-19. Ver: <<https://covid19.who.int/>>. Acesso em: 21 dez. 2021
5. Os coronavírus passaram a ser identificados por virologistas na década de 1960 e muitos deles atingem humanos ou animais. Pesquisas científicas afirmam que o SARS-CoV-2 decorreu de uma mutação de um coronavírus animal, encontrado em morcegos (PERROTA, 2020).
6. No caso da pandemia de H1N1, há estudos etnográficos que apresentam o mesmo cenário no Egito (LEACH; TADROS, 2014).
7. Após Henrique Mandetta e Nelson Teich, Pazzuelo foi empossado Ministro interino em 16 de maio de 2020, depois oficialmente empossado, atuando na pasta até 15 de março de 2021. Ver: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52686114>>. Acesso em: 21 dez. 2021.
8. Os médicos eram incentivados a prescrever remédios como hidroxicloroquina, ivermectina e azitromicina, dentre outros (Zinco, Vitamina D), cuja eficácia era questionada por instituições como a Fiocruz e até a Organização Mundial de Saúde. Ver: <<https://diariodamanha.com/noticias/kit-covid-saiba-quais-sao-os-medicamentos-e-possiveis-efeitos-colaterais/>>. Acesso em: 21 dez. 2021.
9. Uma série de tensões, divergências e acusações se fizeram entre o governo federal, o Ministério da Saúde, a Anvisa e institutos de pesquisa, tais como a Fio-

cruz, uma autarquia federal, e o Instituto Butantan (Governo do Estado de São Paulo). Além disso tudo, tivemos, em paralelo, extravagantes tensionamentos diplomáticos entre o Brasil e a China em relação à vacina Coronavac e a importação de insumos farmacêuticos, sem contar a obstrução em fomentar acordos com empresas farmacêuticas como a Pfizer. Tudo isso viria a ser questionado por meio de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que tramitou no Congresso Nacional durante 2021.

10. Ver: <<https://brasil.elpais.com/sociedad/2021-03-10/dr-wu-lien-teh-o-primeiro-heroi-a-recomendar-mascaras-para-enfrentar-uma-pandemia.html>>. Acesso em: 21 dez. 2021.

11. Em 10 de novembro de 2020, ver: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/10/bolsonaro-diz-que-brasil-tem-de-deixar-de-ser-pais-de-marcas-e-enfrentar-pandemia-de-peito-aberto.ghtml>>. Acesso em 10 nov. 2020.

12. Ver a matéria “Comunidades se unem em rede de solidariedade para enfrentar a pandemia do coronavírus em Natal” (portal G1, Rio Grande do Norte, 16/05/2020): Disponível em: <<https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2020/05/16/comunidades-se-unem-em-rede-de-solidariedade-para-enfrentar-a-pandemia-do-coronavirus-em-natal.ghtml>>. Acesso em 21 dez. 2021.

13. Matéria de capa da Revista semanal *Veja*, “AIDS. Os que vão morrer contam sua agonia”, número 1040. 10/08/1988.

14. Falando do surto epidêmico global de SARS-CoV de 2002, temos essa matéria de capa da Revista semanal *Isto é*, “Pneumonia asiática. A misteriosa doença se espalha pelo mundo e os primeiros casos suspeitos já surgem no Brasil”, número 1749, 09/04/2003.

15. Ver: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-51013748>>. Acesso: 22 dez. 2021.

16. Revista *Isto é*, junho de 1988.

17. Revista *Veja*, número 2682, 13 de abril de 2020.

18. Grafite em muro do bairro central da Cidade Alta (Natal). “Proteja-se e proteja os outros, Câmara Cascudo” (autoria da arte: Lennon Lie). Foto: Carlos Guilherme do Valle (tirada 1/09/2020).

19. No original em francês: “Une écriture dont chacun se servira pour composer sa propre liste des choses que font battre le couer. Pour l'offrir ou pour l'effacer. À ce moment là, la poesie sera faite pour tous...” (MARKER, 1983).

REFERÊNCIAS

APPADURAI, Arjun. *La Modernidad desbordada: dimensiones culturales de la globalización*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2001.

BARBOSA JR, José D.; CORADINI, Lisabete. Interações artísticas do graffiti nas ruas de Natal-RN. *Iluminuras*, v. 19, n. 47, 2018.

BROWN, Hannah. Complexity, anthropology and epidemics. In: KELLY *et al.* (ed.). *The Anthropology of epidemics*. Londres: Routledge, 2019.

BURGESS, Adam; HORII, Mitsutoshi. Risk, ritual and health responsabilisation: Japan's 'safety blanket' of surgical face mask-wearing. *Sociology of Health and Illness*, 2021.

CARRARA, S.; MORAES, C. “Um mal de folhetim?” *Comunicações do ISER*, v. 4, n. 17, 1985.

- CASTELLS, Manuel. *La era de la información: economía, sociedad y cultura*. La Sociedad Red. Madri: Alianza Editorial, 1997.
- CORADINI, Lisabete; BARBOSA JR., José D. (org). *A Cidade e suas imagens*. Natal: Editora da UFRN, 2014.
- DOUGLAS, Mary. *Risk and Blame: essays in cultural theory*. Londres: Routledge, 1992.
- DOUGLAS, Mary; WILDAVSKY, Aaron. Introduction: Can we know the risks we face? Conclusion: Risk is a collective construction. In: DOUGLAS, Mary; WILDAVSKY, Aaron. *Risk and Culture*. Berkeley: University of California Press, 1982.
- EPSTEIN, Steven. *Impure science: Aids, activism, and the politics of knowledge*. Berkeley: University of California Press, 1996.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. *Bruxária, oráculos e magia entre os Azande*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- FARMER, Paul. *Aids and accusation: Haiti and the geography of blame*. Berkeley: University of California Press, 1992.
- FERNANDES, Adriana. Coronel vírus chegou. Notas etnográficas sobre a covid-19 entre vulnerabilizados da cidade do Rio de Janeiro. *Sexualidad, salud y sociedad*, n. 35, 2020.
- GALVÃO, J. *Aids e imprensa: um estudo de antropologia social*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – PPGAS, Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro, 1992.
- GALVÃO, Jane. *Aids no Brasil*. Rio de Janeiro: ABIA/Editora 34, 2000.
- GALVÃO, Jane. *Covid-19: algumas reflexões*. 2020. Disponível em: <<http://abiains.org.br/covid-19-algumas-reflexoes/33982>>. Acesso em: 21 dez. 2021.
- KELLY, Ann H; KECK, Frédéric; LYNTERIS, Christos. *The Anthropology of epidemics*. Londres: Routledge, 2019.
- LEACH, Melissa; TADROS, Mariz. Epidemics and the politics of knowledge: contested narratives in Egypt's H1N1 response. *Medical Anthropology*, n. 33, 2014.
- LEIRNER, Piero C. *O Brasil no espectro de uma guerra híbrida*. São Paulo: Alameda, 2020.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *The way of the masks*. Seattle: University of Washington Press, 1990.
- LUPTON, Debora. *Risk*. Londres: Routledge, 1999.
- LYNTERIS, Christos. Plague masks: the visual emergence of anti epidemic personal protection equipment. *Medical Anthropology*, v. 37, n. 6, 2018.
- MARKER, Chris. *Sans Soleil*. Filme documentário. França, Argos Films, 1983. 99 minutos.
- MARTIN, E. *Flexible bodies*. Boston: Beacon Press, 1994.
- OMAR, Arthur. *Antropologia da face gloriosa*. São Paulo: Cosac & Naif, 1997.
- PARKER, Richard. *Covid 19 e HIV/Aids: paralelos e lições*. 2020. Disponível em: <<http://abiains.org.br/covid-19-e-hiv-aids-paralelos-e-licoes/33941>>. Acesso em: 21 dez. 2021.

- PERROTA, Ana Paula. Serpentes, morcegos, pangolins e “mercados úmidos” chineses: uma crítica da construção de vilões epidêmicos no combate à Covid-19. *Dilemas*, Rio de Janeiro, p. 1-6, 2020.
- SANTOS, Luiz de Castro; MORAES, Claudia; COELHO, Vera S. P. Os anos 80: a politização do sangue. *Physis - Revista de Saúde Coletiva*, v. 2, n. 1, 1992.
- TREICHLER, Paula. AIDS, homophobia, and biomedical discourse: an epidemic of signification. In: CRIMP, Douglas (ed.). *Aids, cultural analysis, cultural activism*. Cambridge: The MIT Press, 1991.
- VALLE, Carlos Guilherme do. Identidades, doença e organização social: um estudo das pessoas vivendo com HIV e Aids. *Horizontes Antropológicos*, n. 17, jun. 2002.
- VALLE, Carlos Guilherme do. Corpo, doença e biomedicina: uma análise antropológica de práticas corporais e de tratamento entre pessoas com HIV/Aids. *Vivência - Revista de Antropologia*, n. 35, p. 33-51, 2010.
- VALLE, Carlos Guilherme do. Biosocial activism, identities and citizenship: making up people living with HIV and Aids in Brazil. *Vibrant*, v. 12, n. 2, 2015.
- VIRILIO, Paul. *Speed and politics*. Los Angeles; Cambridge: Semiotext(e)/the MIT Press, 2006.

SUBMETIDO EM: 24/05/2021

APROVADO EM: 17/09/2021